



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

PMSPA
Proc. N.º 8454/20
Folha. N.º 102
Rub. 19

87572
MA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de 04 (quatro) veículos tipo Sedan e 01 (um) veículo tipo hatch, para fortalecimento das ações de Vigilância e Controle das Arboviroses no Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Resolução n.º 1928 de 31 de Outubro de 2019 da Secretaria Estadual de Saúde, fortalecimento das ações do órgão de Vigilância Sanitária Municipal por intermédio da Resolução n.º 1922 de 29 de Outubro de 2019 da Secretaria Estadual de Saúde e estruturação da Vigilância epidemiológica das DANT por intermédio da Resolução SES n.º 1925 de 31 de Outubro de 2019 da Secretaria Estadual de Saúde.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a necessidade de organização à capacidade de resposta às ações de enfrentamento às Arboviroses transmitidas pelo Aedes Aegypti, em atenção à vigilância epidemiológica, entomológica e controle de vetores, da necessidade de estruturação e organização do órgão municipal de vigilância sanitária e necessidade de intervir nas condições de saúde relativas às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) e da necessidade de deslocamento de equipes de vigilância em saúde para realização de capacitações ou assessoramento.

Os equipamentos descritos neste termo a serem adquiridos são para uso exclusivo dos programas de Vigilância e controle das Arboviroses, Vigilância Sanitária Municipal e deslocamento de equipes para realização de capacitações ou assessoramento as equipes da Rede de Saúde relativas às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT).

	Vigilância Ambiental (Res. n.º 1928/19)	Vigilância Sanitária (Res. n.º 1922/19)	Vigilância em Saúde (Res. n.º 1925/19)
Veículo De Passeio tipo Sedan	2	2	0
Veículo De Passeio tipo Hatch	0	0	1

3. QUADRO DESCRITIVO E QUANTITATIVO DO OBJETO

Item	Especificação	Unid.	Quant.
1	Veículo De Passeio tipo Sedan – para transporte de equipe (5 Pessoas, 0 Km): Tipo De Combustível: Bicomcombustível Portas: 04 Portas Ar Condicionado: Possui Trio Elétrico (Trava, Vidro, Alarme): Possui Capacidade: 05 Lugares Freios Abs E Airbag Duplo: Possui Câmbio: Manual Motorização: 1.0 A 1.3 Tipo de Direção: Hidráulica / Elétrica Distância entre eixos mínima: de 2.500 mm Capacidade mínima do porta malas: 460 litros	Und	4
2	Veículo De Passeio tipo Hatch – para transporte de equipe (5 Pessoas, 0 Km): Tipo De Combustível: Bicomcombustível Portas: 04 Portas Ar Condicionado: Possui Trio Elétrico (Trava, Vidro, Alarme): Possui Capacidade: 05 Lugares Freios Abs E Airbag Duplo: Possui Câmbio: Manual Motorização: 1.0 A 1.3 Tipo de Direção: Hidráulica / Elétrica Distância entre eixos mínima: de 2.500 mm Capacidade mínima do porta malas: 300 litros	Und	1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

8757/22
42

PMSA
Proc. N° 8757/22
Folha N° 103
Rub. 6

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

A entrega deverá ocorrer ao longo do contrato conforme demanda da SESAU.

Após o recebimento do empenho a Empresa vencedora do certame entregará os itens, até o 90º dia subsequente ao recebimento do empenho ou da AF, acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica e das certidões de regularidade fiscal, na Rua Antônio Benedito Siqueira, 387, Centro – São Pedro da Aldeia/RJ, no horário das 8h às 17h, que será RECEBIDO pelo funcionário designado para o recebimento de tais materiais (fiscal de contrato).

A entrega somente será feita mediante requisição da contratante, por e-mail ou outro meio que se julgar apto, constando de uma relação de material.

Os bens deverão ser entregues livre de vícios que prejudiquem o seu uso ou eficácia;

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela SESAU, devidamente assinada pelo fiscal do contrato, ou outra pessoa designada pelo setor competente;

5. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá a servidor indicado em tempo hábil pela administração, lotado na SESAU, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando o Titular da SESAU como corresponsável.

- São atividades inerentes à fiscalização do contrato:
- Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes;
- Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

CMSPA / SESAU
Nº 8757/22
P.M.
Proc. Nº 885420
Feição 100
Rub. 10

- Certificar-se de obter informações completas de contato sobre o preposto da empresa e seu substituto, assim como as tabelas de publicação vigentes nos respectivos periódicos e seus horários de fechamento para envio de publicações;
- Enviar tempestivamente as publicações solicitadas pelos setores do SESAU, solicitando um layout prévio da contratada, que deverá ser devidamente conferida, para que então a publicação seja autorizada;
- Manter livro ou registro onde anotarás todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;
- Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da contratada);
- Atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela contratada (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência;
- Manifestar-se por escrito quando do aviso de término do respectivo contrato, a ser emitido pelo Gestor, e encaminhar o respectivo aviso caso não esteja tramitando até 90 (noventa) dias antes do término da vigência do devido instrumento contratual.
- Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a SESAU ou modificação da contratação.
- As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
- A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a SESAU ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da SESAU ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Administração Pública dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

PMSA
Proc. N° 8257/20
Folha N° 105
Rubrica

8257/20
44
[Signature]

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

Quando couber, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a datada entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Fornecer o material conforme especificação e preço registrados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Ressarcir os eventuais prejuízos causados à SESA e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor o contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;

Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade

[Signature]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

ATA/2011
Proc. Nº 875-1/11
PMS
Proc. Nº 875-1/11
Folha. Nº 206
Rub. 6

ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;

Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência do Contrato, apresentando a documentação pertinente;

Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.

Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.

8. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

São expressamente vedadas à Contratada:

A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, durante a vigência do contrato;

A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante;

A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:

9.1 Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.4 Comportar-se de modo inidôneo;

9.5 Cometer fraude fiscal;

9.6 Não mantiver a proposta.

9.7 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.8 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.9 Multa compensatória de 10,0 % (dez por cento), em caso de inexecução parcial do objeto, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência. Neste caso, a contratada deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à multa, o grau de severidade será elevado e a contratada estará sujeita à multa descrita no item abaixo;

9.10 Multa moratória de 1,0 % (Um por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência. Nestes casos, a contratada deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos.

9.11 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

TACPA/CEMU
8757 (2)
46
PMSP
Proc. Nº 8452/20
Folha Nº 103
Rub. 6

administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;

9.12 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela contratante;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666/93, devendo iniciar a contagem deste prazo a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

A forma de pagamento será por meio de ordem para depósito em conta corrente da CONTRATADA informado na nota fiscal/fatura, após a apresentação dos seguintes documentos:

Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado;

10.1 - Documentação de habilitação:

- Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União
- Certidão de Débitos Municipais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO Nº 8757/2020
47
PMDB
PROC. Nº 8757/2020
Folha Nº 108
Rub. 7

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá, durante a vigência do Contrato, manter todas as condições de habilitação exigidas no edital.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

12. DA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

Obrigatória, na forma do contido no art. 54, §2º da Lei Geral de Licitações quando cabível.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO VALOR

A estimativa de custo máximo desta aquisição deverá observar orçamentos para a formação de pesquisa mercadológica correspondente, contando com fornecedores locais, ferramentas de pesquisas de preços de aquisições similares em outras Instituições Governamentais e pesquisa ampla dos produtos a serem adquiridos.

15. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Termo de Referência, correrão através das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou documento equivalente, observado o que dispõe o Artigo 62 da Lei 8.666/93 e alterações;

Neste caso, por ser tratar de uma previsão/estimativa de aquisição, no momento do pedido de Empenho ao Fundo Municipal de Saúde, o mesmo utilizará recurso específico de emenda parlamentar, em caso de necessidade de suplementação, usará recurso do Setor e/ou Programa Solicitante.

Ressaltamos o desmembramento do processo administrativo para aquisição dos veículos referentes as resoluções 1928 e 1927 de 2019 da Secretaria Estadual de Saúde, como meio de facilitar a aquisição dos mesmos, por serem objetos muito distintos dos outros itens constantes em tais resoluções, de modo a sanar tais infortúnios e suceder a licitação em sua plenitude para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia
Secretaria Municipal de Saúde

48

PMSPA
Proc. N° 845922
Folha N° 109
Rub. 6

atendimento das mesmas.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO

- () Empreitada
() Preço Global
(X) Preço Unitário

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Tipo de Licitação: Pregão – Menor Preço por item

18. DA ELABORAÇÃO

Elaborador	Matrícula	Rubrica
Luciano S. Cardoso dos Santos	40.865	

19. DA APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Secretaria Municipal de Saúde e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.

Secretária Municipal de Saúde	Matrícula	Rubrica
Maria Márcia Sampaio Fontes	30.877	

Maria Márcia Sampaio Fontes
Secretaria Municipal de Saúde
Mat. 30.877-PMSPA